

## **JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

**PROCESSO:** 23034.016472/2023-97

**REFERÊNCIA:** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024

**OBJETO:** Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de equipamentos de cozinha, por parte dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Entidades Executoras

**RECORRENTE 1:** DANFESSI MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

**RECORRENTE 2:** COMERCIAL MABRUK LTDA

**RECORRIDA:** CANTARES MAGAZINE LTDA

1. Tratam-se dos Recursos Administrativos interpostos tempestivamente pelas licitantes **DANFESSI MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, doravante denominada RECORRENTE 1, e **COMERCIAL MABRUK LTDA**, doravante denominada RECORRENTE 2, com fundamento no art. 165, I, da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seus representantes legalmente constituídos, em face de ato administrativo praticado por Pregoeiro do FNDE, pertinente à habilitação rezalida no âmbito do ITEM 30 do pregão em epígrafe, pelos motivos apresentados no bojo do recurso, que serão oportunamente relatados.

2. Tais documentos, inclusive a versão PDF desta decisão, encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras do FNDE – <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/compras-governamentais/licitacoes/pregao-para-registro-de-preco-nacional/2024/pregao-eletronico-no-90011-2024-2013-registro-de-precos-nacional-de-aquisicao-de-equipamentos-de-cozinha> e constantes do Processo Eletrônico 23034.016472/2023-97, disponível para consulta.

### **I. DAS PRELIMINARES**

3. Em sede de admissibilidade recursal, foi verificado o preenchimento dos pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de nova decisão e tempestividade.

### **II. DOS FATOS**

4. Em 15/04/2025 e em 23/04/2025, a RECORRENTE 1 e a RECORRENTE 2, respectivamente, registraram intenção de recurso contra o ato de aceitação e habilitação da RECORRIDA. As razões recursais foram tempestivamente registradas no dia 28/04/2025, enquanto as contrarrazões, também tempestivamente, foram registradas em 02/05/2025, estando todas as peças recursais aptas a serem processadas e submetidas a julgamento.

### **III. DOS RECURSOS**

#### **III.1. DA RECORRENTE 1 (DANFESSI MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA)**

5. Em seu recurso, a RECORRENTE 1 contesta sua desclassificação em razão da reprovação no controle de qualidade alegando que a conformidade do produto ofertado foi devidamente comprovada.

6. Sustenta, também, que a desclassificação de sua proposta mesmo diante da possibilidade de complementação de provas viola os princípios da ampla defesa e do contraditório, sendo dever da Administração buscar a proposta mais vantajosa para o interesse público.

7. Por fim, requer anulação da decisão que a desclassificou para o item 30 para que sua proposta seja aceita ou, subsidiariamente, que seja realizada diligência pertinente.

### **III.2. DA RECORRENTE 2 (COMERCIAL MABRUK LTDA)**

8. A RECORRENTE 2 sustenta, em apertada síntese, que não poderia ter sido inabilitada no item 30 já que teria sido habilitada no item 15, para o qual apresentou os exatos mesmos documentos.

9. Além disso, defende não haver razão legítima para sua inabilitação, uma vez que o fato de estar em processo de recuperação judicial não a impede de ser habilitada.

10. Por fim, requer anulação da decisão que a inabilitou para o item 30 para que sua proposta seja aceita.

## **IV. DAS CONTRARRAZÕES**

### **IV.1. CONTRA RECORRENTE 1 (DANFESSI MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA)**

11. Defende a RECORRIDA que o que a RECORRENTE 1 quer é transferir o risco da contratação para a Administração Pública.

12. Alega que a informação que subsidiou a decisão administrativa pela reprovação foi confirmada pela própria fabricante e que, portanto, “a Recorrente volta-se contra informações do próprio fabricante, logo, sem qualquer razão dela sustentar os fundamentos recursais.”

13. Por isso, requer que o recurso não seja provido, mantendo-se a desclassificação da RECORRENTE 1.

### **IV.2. CONTRA RECORRENTE 2 (COMERCIAL MABRUK LTDA)**

14. Em sede de contrarrazões, a RECORRIDA sustenta que “ninguém duvida que empresas em recuperação judicial podem participar de certames licitatórios” e que “essa questão é pacífica no Tribunal de Contas e no Poder Judiciário, contudo, como bem observou o Ilustre Pregoeiro, não houve a demonstração da viabilidade econômica.”

15. De forma complementar, defende que “a Recorrente não foi inabilitada por pleitear recuperação judicial, mas sim, por não ter apresentado o plano de recuperação, pelo qual seria possível aferir a viabilidade econômica, condição essa, exigida pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário.”

16. Assim, pugna pelo não provimento do recurso apresentado pela RECORRENTE 2, mantendo-se todas as decisões proferidas no âmbito das análises realizadas no ITEM 30.

## **V. DA ANÁLISE**

17. Preliminarmente, cumpre registrar que o prazo legal para decisão acerca dos recursos administrativos no âmbito do procedimento licitatório tem natureza de prazo impróprio, de modo que seu descumprimento não gera efeitos no processo nem qualquer prejuízo às partes.

18. Com relação à presente análise, importa consignar que este certame foi conduzido à luz da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133/2021, estando a prática dos atos administrativos relacionados ao processo licitatório submetida aos princípios insculpidos no art. 5º da referida lei, que assim dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

19. Isto posto, passo à análise do mérito.

#### **V.1. DA REPROVAÇÃO DA RECORRENTE 1 (DANFESSI) NO CONTROLE DE QUALIDADE**

20. Com fulcro no art. 50, §1º da Lei. 9.784/1999, adoto, como razão de decidir, a análise, as informações, os argumentos e a decisão proposta pela área técnica, transcrita a seguir e cuja íntegra encontra-se disponível no portal de Compras do FNDE:

*“1. Trata-se de resposta desta Divisão acerca do Recurso Administrativo impetrado pela licitante e recorrente Danfessi Móveis, Máquinas e Equipamentos Industriais LTDA (SEI nº 4806515), no qual pleiteia a anulação de sua desclassificação para o item 30 - Multiprocessador de Alimentos Comercial, para informar o que se segue.*

*2. O produto fornecido pela licitante foi inicialmente aprovado por esta área técnica, em 27/01/25, por meio do Despacho DQUAL nº 4601170 (SEI nº 4649889, pág. 110). Contudo, houve o surgimento de um fato novo e que demandou a revisão do ato administrativo conclusivo de aprovação, indicado na pág. 110 do SEI nº 4649889, baseando-se na conveniência e na oportunidade da Administração Pública, a ser detalhado a seguir.*

*3. Após consulta, em 19/02/2025, ao site oficial da fabricante do produto ofertado, a Copametal, por meio do link (<https://copametal.ind.br/produto/16/multiprocessadorde-alimentos>) (print estático da tela do site SEI nº 4651589), seguido de contato telefônico e conversa via aplicativo de mensagens instantâneas com uma funcionária da área comercial da fabricante (SEI nº 4650048), além da consulta a documentos técnicos enviados pela funcionária e que são relativos ao produto e suas características, dentre eles o catálogo e o manual (SEI nº 4649822), foi constatado que o disco de rotação do Multiprocessador (modelo MPA-30) atingia apenas 380 RPM de rotação máxima, não atendendo assim ao subitem 16.2.6. do Caderno de Informações Técnicas - CIT, anexo ao edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2024, divergindo assim do conteúdo documental originalmente apresentado pela recorrente Danfessi, quando inicialmente convocada para a 1ª Etapa do Controle de Qualidade.*

4. Cumpre destacar que as informações e a documentação fornecidas pela funcionária da fabricante Copametal foram enviadas após contato desta Autarquia por meio de canal legítimo e oficial de comunicação da fabricante Copametal (por meio de consulta ao site da fabricante) e não representam apenas uma "mera opinião", supostamente, "equivocada e desatualizada" da colaboradora da empresa, que inclusive realizou contatos com a sua gerente, superior hierárquica na Copametal, para validar as informações solicitadas, mas sim informações concretas e que foram extraídas de documentos comerciais legítimos enviados pela recorrente, no momento da diligência desta Autarquia.

5. Dessa maneira, diante das novas informações adicionais obtidas, o item 30 foi, em sede de revisão, reprovado, conforme o Despacho SEI nº 4648911, datado de 20/02/2025, por restar comprovado que o produto cotado pela empresa Danfessi Móveis, na verdade, não atingia a capacidade de rotação do disco exigida no CIT.

6. Assim, a licitação seguiu o rito ordinário e a empresa Cantares Magazine, que integrava a lista de licitantes remanescentes, foi declarada vencedora do item 30 (SEI nº 4753452), ocasião na qual foi aberta a oportunidade para que houvesse o registro de intenção de recurso contra a decisão de habilitação da referida empresa. No dia 28/04/2025, a licitante Danfessi impetrou o Recurso Administrativo (SEI nº 4806515), apresentando a documentação comprobatória referente à rotação do disco de corte (RPM), incluindo a Declaração do Diretor da fabricante Copametal, na qual o mesmo declara o que se segue:

**"(...) o equipamento Multiprocessador de Alimentos MPA-30 (...) foi submetido a ajustes técnicos internos (CIT), de modo que atinge a rotação de aproximadamente 440 RPM, conforme exigido no edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2024 - FNDE.**

**Ressalto que, à época da consulta realizada pela Administração Pública, o setor comercial da empresa ainda não havia sido atualizado sobre essa modificação."** (grifo nosso)

7. Juntamente com a Declaração mencionada, a licitante Danfessi apresentou o Relatório de Ensaio, realizado pelo Laboratório de Avaliações e Desenvolvimento Energético - LADE, emitido em 27/03/2025, evidenciando que o equipamento atinge, de fato, a capacidade exigida no subitem 16.2.6. do CIT, além de Relatório de Cálculo e Ensaio, emitido pela própria fabricante do produto, a Copametal (SEI nº 4806515), emitido em 24/03/2025. Entretanto, apesar do encaminhamento das documentações comprobatórias referentes à rotação do disco de corte, esta Divisão identificou uma divergência de informações quanto ao modelo ensaiado constante nos relatórios. O item cotado na proposta de preços (Portal Compras.gov.br) e toda a documentação encaminhada à época da convocação para a 1ª Etapa do Controle de Qualidade - Análise Documental, refere-se ao modelo "**MPA-30**", que possui tensão monovolt (127V ou 220V); já o modelo do equipamento ensaiado é o "**MPA-30-B**", conforme consta nos referidos relatórios.

8. Para a verificação das informações, a fabricante Copametal foi novamente diligenciada, via e-mail, para apresentar os esclarecimentos acerca das diferenças objetivas entre os equipamentos de modelo "**MPA-30**" e "**MPA-30-B**". Em resposta, (SEI nº 4817588) foram fornecidas as seguintes informações:

"(...) - MPA-30 era genérico para família do Multiprocessador de Alimentos que era 127V e 220V, sendo a abreviação MPA-30 (MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS 30CM).

- MPA-30-B **somente acrescenta a descrição de voltagem adotada para fabricação do produto, sendo a letra B referente a Bivolt que foi atualizado o projeto, o ICC já aprovou a alteração e irá revisar o certificado.**

Não havendo qualquer diferença para a fabricação do produto." (grifo nosso)

9. Após o contato telefônico e o envio de e-mail, em 20/05/2025, para os devidos esclarecimentos junto ao Instituto de Certificações e Conformidades (ICC), Organismo de Certificação de Produto responsável pela emissão do Certificado de Conformidade do multiprocessador modelo MPA-30 (SEI nº 4818754), o Sr. Gustavo Domenes Ferlin, Gerente Geral do Organismo, respondeu, em 22/05/2025, o e-mail (SEI nº 4817593), com os seguintes esclarecimentos:

"Com relação ao seu questionamento, verifiquei internamente que o cliente COPAMETAL contratou nossos serviços recentemente para atualização do Certificado HOU 1041-04-23, no qual ainda não havia sido concluído por nossa equipe.

Alteração realizada: Troca do nome de modelo de MPA-30 para MPA-30-B.

**A atualização foi possível de ser realizada sem a necessidade de novos testes devido se tratarem do mesmo produto.**" (grifo nosso)

10. O mesmo ICC também encaminhou o Certificado de Conformidade atualizado, por meio do qual **é possível verificar que, supostamente, teria havido somente a atualização do nome comercial do modelo para "MPA-30-B"** (SEI nº 4817600) e que, segundo informado pelo próprio Organismo, trataria-se, supostamente, do mesmo produto. Contudo, destaca-se que as datas de revisões constantes no certificado referem-se aos dias **28/04/2025 e 21/05/2025**, portanto, **mais de 2 (dois) meses após a reprovação da empresa na 1ª Etapa de Controle da Qualidade**, realizada em 20/02/2025 (SEI nº 4648911).

11. Diante dos fatos expostos, esta área técnica, em alinhamento realizado após reunião com a CORPQ e a CGCOM, entende que **as documentações comprobatórias adicionais da recorrente foram geradas em período posterior, à sua convocação original, que inicialmente a aprovou em 27/01/25 e também à sua reprovação, realizada posteriormente, em 20/02/2025, conforme se depreende pelo teor desta Informação, fato que deixa patente que somente após o conhecimento acerca da "desclassificação" é que foram tomadas, pela recorrente, as devidas providências para a adaptação do produto ao estabelecido no CIT.** A "adaptação" tardia, para se adequar ao CIT, se confirma pelo próprio teor do recurso administrativo impetrado, em que a recorrente alega in verbis:

"A Danfessi esclarece que **houve uma evolução técnica do equipamento**, validada diretamente junto ao Diretor da Fábrica, Sr. Nelson Camargo, telefone (17) 99649-7055, o qual atesta que os **equipamentos produzidos para fornecimento ao presente certame, após ajustes técnicos internos (CIT), atingem sim os 440 RPM** exigidos no edital." (grifo nosso)

12. A menção à "adaptação" também consta expressa na Declaração emitida pela fabricante do produto, a Copametal, datada em 28/04/2025 e que cita:

*"[...] o **produto foi submetido a ajustes técnicos internos** [...]" (grifo nosso)*

13. Portanto, esta divisão se manifesta pela **intempestividade da comprovação de compatibilidade das características do produto às especificações técnicas do CIT**, conforme pleiteia a recorrente Danfessi Móveis, Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda, oportunidade na qual sugere-se a **manutenção de sua reprovação, para o item 30.**

21. Todos os documentos SEI referenciados na manifestação técnica acima seguem publicados juntamente com esta decisão na página do pregoão no Portal de Compras do FNDE (vide link disponibilizado no item 2 desta decisão).

## **V.2. DA INABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA RECORRENTE 2 (MABRUK): RECUPERAÇÃO JUDICIAL SEM PLANO DEVIDAMENTE HOMOLOGADO**

22. Inicialmente, cumpre esclarecer que a RECORRENTE NÃO foi habilitada no item 15.

23. A empresa sequer chegou a ter sua proposta efetivamente aceita no sistema.

24. Isso porque, apesar de sua proposta ter sido considerada exequível na análise de viabilidade econômica realizada pela área técnica, a empresa foi posteriormente reprovada no Controle de Qualidade, etapa esta que também integra a fase de julgamento da proposta.

25. Conforme art. 17 da NLLC, o processo licitatório possui uma sequência de fases, sendo que a habilitação sucede a fase de julgamento da proposta, ou seja, somente passa à fase de habilitação a licitante que teve sua proposta efetivamente aceita no sistema.

*"Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes **fases, em sequência**:*

*I - preparatória;*

*II - de divulgação do edital de licitação;*

*III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;*

***IV - de julgamento;***

***V - de habilitação;***

*VI - recursal;*

*VII - de homologação."*

26. A fase de julgamento foi tratada no item 7 do Edital, enquanto a fase de habilitação foi tratada no item 8 (e de forma pormenorizada no Termo de Referência, nos itens 8.3 a 8.29).

27. Para a presente licitação, a fase de julgamento da proposta foi dividida em etapas, sendo a primeira relativa à análise de atendimento às condições de participação no certame (itens 7.1 a 7.4), a segunda relativa à análise de exequibilidade da proposta (itens 7.5 a 7.8) e a terceira relativa ao controle de qualidade (7.9).

28. Aquilo que a empresa entende como tendo sido a análise de qualificação econômico-financeira (a ser realizada na fase habilitação) foi, na verdade, a análise de exequibilidade e de viabilidade econômica da PROPOSTA, realizada ainda na fase de julgamento.

29. Da mesma forma, a análise do controle de qualidade (realizada na fase de julgamento da proposta) não se confunde com a análise de qualificação técnica (a ser realizada na fase de habilitação).

30. Veja que o §3º do art. 17 da NLLC é absolutamente claro ao estabelecer que todo e qualquer teste de conformidade da proposta (como é o caso do controle de qualidade) deve ser realizado na “fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo”, ou seja, na fase de julgamento.

*“§ 3º Desde que previsto no edital, **na fase a que se refere o inciso IV do caput deste artigo**, o órgão ou entidade licitante poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar **análise e avaliação da conformidade da proposta**, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.”*

31. Não há, portanto, qualquer contradição entre as razões que levaram à inabilitação da empresa no item 30 (objeto do recurso) e sua desclassificação no item 15 durante o julgamento da proposta, tendo sido esta motivada pela reprovação no controle de qualidade, ainda na fase de julgamento da proposta e não na fase de habilitação.

32. Cumpre reforçar, portanto, que os documentos de habilitação apresentados pela recorrente sequer chegaram a ser objeto de análise no item 15.

33. Com relação à inabilitação no item 30, esta se deveu à sua reprovação na análise de qualificação econômico-financeira (esta sim realizada já na fase de habilitação).

34. No chat, foi devidamente esclarecido, com as devidas referências, que o entendimento prevalente na jurisprudência é no sentido de que, apesar de a nova lei exigir apenas a apresentação de certidão negativa de falência e não a certidão negativa de recuperação judicial, manteve-se pacífica a orientação no sentido de que, em havendo registro de recuperação judicial, o pregoeiro deverá diligenciar a empresa para verificar se esta já teve seu plano de recuperação acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 2005.

35. Nos termos do art. 47 da NLRJ, a existência de processo de recuperação judicial revela uma situação de CRISE econômico-financeira, o que afasta a presunção de viabilidade econômico-financeira extraída da certidão negativa de falência.

*“Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da **situação de crise** econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.”*

36. Além disso, também não se pode desconsiderar que a convolação em falência é uma das consequências possíveis do processo de recuperação judicial (arts. 53, 58-A e 73), de modo que não basta simplesmente a licitante provar que não está em processo de falência.

37. Portanto, admitir a habilitação automática de empresas em recuperação judicial pelo simples fato de não estarem (ainda) em processo de falência vai contra o dever de assegurar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto (art. 11, inciso I, da NLLC).

38. Empresas em recuperação judicial apresentam risco de insolvência que impõe ao pregoeiro, por força dos princípios do interesse público e da impessoalidade, o dever de diligenciar a licitante para que esta demonstre efetivamente sua viabilidade econômica.

**39. Não se trata, portanto, de impedir que empresas em recuperação judicial participem de licitações.** O Edital e o Termo de Referência não apresentam qualquer vedação nesse sentido, estando, por isso, plenamente aderentes às orientações de não restrição à participação de empresas em recuperação judicial, conforme julgados apresentados pela recorrente, de modo que as empresas nessa situação podem sim participar de processos licitatórios, desde que demonstrem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.

40. A ausência de previsão expressa no Edital a respeito do procedimento a ser adotado nesse caso não pode servir de motivo para deixar de exigir da empresa que demonstre sua viabilidade econômica que, vale repetir, não se presume mais pela simples negativa de falência.

41. Nesse contexto, a jurisprudência, enquanto fonte legítima do direito, orienta a realização de diligência com o objetivo de conferir se a empresa postulante à recuperação obteve o devido acolhimento judicial do seu plano como condição para demonstração da sua viabilidade econômica.

42. Conforme consta dos julgados mencionados no chat do pregão, a concessão da recuperação judicial prevista no art. 58 (resultado da fase deliberativa) não se confunde com a decisão que deferir o processamento da recuperação judicial, prevista no art. 52 (resultado da fase postulatória).

*Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:*

*Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo **plano** não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma dos arts. 45 ou 56-A desta Lei.*

43. Nesse sentido, longe de proibir empresas em recuperação de participarem de processos licitatórios e, eventualmente, contratarem com a Administração Pública, o entendimento em que se baseou a diligência foi no sentido de que, apesar de permitida a participação de empresas em recuperação judicial, deve-se exigir que a licitante demonstre sua viabilidade econômica e financeira, demonstração essa que passa pela indispensável comprovação do efetivo acolhimento judicial do plano de recuperação.

44. Nesse sentido, é cristalina a orientação da AGU proferida por meio do Parecer 4/2015/cplc/depconsu/pgf/agu, que concluiu no sentido de que:

***“f) se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório”***

## **VI. DA CONCLUSÃO**

45. Por todo o exposto, conforme exaustivamente demonstrado acima e considerando que foram adotadas todas as providências cabíveis e legalmente permitidas, tudo em conformidade com os normativos a que se submetem os procedimentos licitatórios, ratifico a decisão de habilitação da **CANTARES MAGAZINE LTDA** para o ITEM 30 do Pregão Eletrônico nº 90011/2024 promovido por este FNDE.

## **VII. DA DECISÃO**

46. Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO dos RECURSOS apresentados para, NO MÉRITO, NEGAR-LHES PROVIMENTO. Mantida a decisão, encaminho-a à autoridade competente para deliberação, nos termos do art. 166, Parágrafo Único da Lei nº 14.133/2021.

Brasília, 03 de junho de 2025



Leonardo Ribeiro Azevedo

Pregoeiro(a) do FNDE